

RELATÓRIO DE VIAGEM AO EXTERIOR

KAISER GONÇALVES DE SOUZA
DIVISÃO DE GEOLOGIA MARINHA – DIGEOM
DIRETORIA DE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS – DGM
SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – CPRM
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-MME

O presente relatório sintetiza as atividades, análises e recomendações feitas por seu autor, como participante da **III Reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc Informal sobre Biodiversidade Marinha em áreas além das jurisdições nacionais**, organizada pela Divisão de Assuntos do Oceano e Direito do Mar (DOALOS), da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado na Sede das Nações Unidas, em Nova York, Estados Unidos, entre 01 e 05 de fevereiro de 2010. Os seguintes tópicos são apresentados no decorrer desse relatório:

	Página
1. Introdução	1
2. Objetivos de viagem	2
3. Programa de Viagem	3
4. Descrição dos Assuntos tratados	3
5. Análises e recomendações	9
6. Conclusões	10
7. Agradecimentos	10

ANEXO 1 - Agenda da Reunião.
ANEXO 2 - Agenda do Anotada da Reunião.
ANEXO 3 – Informação aos participantes
ANEXO 4 – Lista das Delegações participantes
ANEXO 5 - Relatório Final do GT Ad Hoc

Os documentos oficiais referentes ao workshop podem ser encontrados no seguinte site da Nações Unidas:
(<http://www.un.org/Depts/los/biodiversityworkinggroup/biodiversityworkinggroup.htm>)

1. INTRODUÇÃO

As duas reuniões anteriores que trataram desse tema não apresentaram avanços significativos, devido a diversos fatores, dos quais destacam-se: a complexidade do

tema, a carência de informações conclusivas e os interesses discordantes dos países que não favorecem a obtenção de consenso.

Pela sua importância, complexidade e abrangência, este assunto vem sendo abordado em vários fóruns. Para otimizar o trabalho do GT, seria desejável que o Grupo discutisse apenas os temas que não são tratados em outros ambientes. Assim, os assuntos da biodiversidade marinha além das jurisdições nacionais deveriam ser abordados exclusivamente no ambiente da Assembléia-Geral das Nações Unidas.

O Brasil está começando agora as atividades na AREA, com a implementação do recém criado Programa de Prospecção e Exploração dos Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), assim, tem interesse direto no assunto, mas carece de maior quantidade de informações para definir que posição trará maiores benefícios ao País.

Um dos principais pontos em discussão é se os recursos da biodiversidade marinha, situados além das jurisdições nacionais, serão considerados patrimônio comum da humanidade, como acontece com os recursos minerais da AREA, que possuem tratamento específico e são gerenciados pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Essa interpretação é a defendida pelos componentes do G-77. Posição que vem sendo adotada pelo Brasil.

Sobre este tema, existe uma outra corrente no país, que defende posição diferente. Ou seja, talvez não seja conveniente concordar com a idéia de "patrimônio comum da humanidade", pois o Brasil, a exemplo de outros países desenvolvidos, possui indústrias petroquímicas, químicas e farmacêuticas que poderiam ser prejudicadas.

Assim, tudo indica que o assunto precisa ser mais debatido, para a obtenção de informações que subsidiem uma decisão favorável ao Brasil. Ademais, parece ser premissa aceitável considerar que esse assunto pouco evoluirá em curto prazo, pois a situação atual é confortável para os países desenvolvidos.

2. OBJETIVOS DE VIAGEM

A viagem teve como objetivo:

- a) participar, na qualidade de especialista em exploração de recursos minerais da área internacional dos oceanos, convidado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) e
- b) dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos nas reuniões anteriores, com o propósito de coletar informações para subsidiar a decisão a ser tomada pelo Brasil, quanto a utilização dos recursos da biodiversidade marinha situados além das jurisdições nacionais.

3. PROGRAMA DE VIAGEM

A Reunião se desenrolou entre 01 e 05 de fevereiro de 2010. A viagem teve início no dia 31 de janeiro e seu término no dia 07 de fevereiro (ver agenda do workshop – ANEXO I). A viagem aérea consistiu em ida e volta no trajeto Brasília/São Paulo/Nova York/ São Paulo/Brasília.

A Delegação brasileira foi composta pelos seguintes representantes:

- 1- Ministra Maria Tereza de Mesquita, do Ministério das relações Exteriores (MRE), Chefe da Delegação;
- 2- CMG Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Roberto Leite, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM);
- 3- Capitão-de-Fragata Carlos Radicchi, Estado Maior da Armada (EMA);
- 4- Capitão-de-Fragata Márcio Rippel, Delegação Brasileira para a ONU (DelBrasONU)
- 5- Primeiro-Secretário Paulo José Chiarelli Azevedo, Delegação Brasileira para a ONU (DelBrasONU); e
- 6- Geólogo Doutor Kaiser Goncalves de Souza, Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS ASSUNTOS TRATADOS

A III Reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc Aberto Informal (GT), estabelecido pela resolução 59/24 para estudar questões relacionadas à conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas além da jurisdição nacional, adotou recomendações à Assembléia Geral para fortalecer a cooperação e coordenação internacional na matéria. A reunião, realizada de 01 à 05 de fevereiro de 2010, foi copresidida pelo Representante Permanente do Sri Lanka, Palitha Kohona, e pela conselheira jurídica do Ministério de Relações Exteriores dos Países Baixos, Liesbeth Lijnzaad.

RECURSOS GENÉTICOS MARINHOS EM AREAS SITUADAS ALÉM DAS JURISDIÇÕES NACIONAIS (ABNJ)

A questão de recursos genéticos marinhos em áreas além da jurisdição nacional (RGM-ABNJ) evidenciou disparidade significativa entre as posições dos Estados-membros. Apesar do apelo da co-presidente para que as partes considerassem propostas concretas, conforme indicado no parágrafo 142 da res. 64/71, a recomendação adotada pelo GT limita-se a reiterar o chamamento para continuar as discussões sob a égide da AGNU, no marco do direito internacional, em particular a UNCLOS.

CONSIDERAÇÃO NO ÂMBITO DO G-77/CHINA

No âmbito do G-77/China, a delegação expressou, conforme instruções recebidas, reservas sobre a definição dos recursos genéticos dos fundos marinhos (RGFM) em ABNJ como patrimônio comum da humanidade. Argumentou ser preciso consideração mais aprofundada sobre a definição jurídica destes recursos, discussão que poderia ensejar reabertura da UNCLOS, o que seria indesejável, e que a aplicação do princípio não é automática, sendo antes sujeita a interpretação dos artigos relevantes da UNCLOS.

Algumas delegações no âmbito do G-77, ao expressarem compreensão sobre os argumentos apresentados, manifestaram preocupação, afirmando que poderia servir ao interesse dos países desenvolvidos que não desejam avançar com a regulamentação da matéria e continuar com atividades de "bioprospecção" (que, em sua visão, não estariam sujeitas ao regime da Parte XIII da UNCLOS, que se aplica à pesquisa científica marinha), em detrimento dos interesses dos países em desenvolvimento (PEDs), da aplicação da Parte XIII da UNCLOS e da proteção do meio ambiente marinho.

O delegado brasileiro reafirmou que a posição defendida não se baseia no argumento de que os RGFM-ABNJ estão sujeitos ao regime aplicável aos recursos da coluna d'água, defendido por alguns países desenvolvidos; fundamenta-se, antes, no interesse em garantir regime jurídico sólido para a utilização equitativa dos benefícios derivados do uso destes recursos, em especial pelos PEDs.

Os países do G-77 expressaram apoio quase unívoco à aplicação do princípio de patrimônio comum da humanidade, nos termos da resolução 2749(XXV), aos RGFM-ABNJ, em linha com a posição do Grupo adotada na primeira (2006) e na segunda (2008) reuniões do GT. O Brasil, ao não obstar a formação de posição do Grupo, fez constar reserva a esta interpretação, fundamentada em resolução que teria sido superada pela UNCLOS, e asseverou que a complexidade da matéria exige consideração cuidadosa. Assim mesmo, a posição do Grupo refletiu também a preocupação do Brasil e de diversos PEDs em diferenciar entre os recursos genéticos marinhos no alto mar e na Área (fundos marinhos em ABNJ), enfatizando também as necessidades específicas desses países de apoio para pesquisa científica marinha.

A proposta do Brasil de adoção de diretrizes interinas para a conservação de RGFM-ABNJ encontrou apoio junto a diversas delegações do G-77. Tais medidas não poderiam, contudo, ser dissociadas de avanços na discussão sobre o regime jurídico aplicável, argumentou a maior parte das delegações. Com efeito, as intervenções em plenário de diversas delegações do G-77 enfatizaram a necessidade de progresso paralelo na discussão do regime jurídico e na adoção de medidas práticas interinas.

O debate no âmbito do G-77 foi polarizado pela Venezuela, que questionou a competência da UNCLOS e defendeu o reconhecimento do papel da Convenção sobre Diversidade Biológica na regulamentação da matéria. A atuação da delegada venezuelana na reunião, pautada por conhecimento impreciso dos temas em discussão, somada à interpretação combativa do processo negociador, levou ao aprofundamento da cisão, no âmbito do G-77, entre Estados partes e não-partes na UNCLOS, o que transporeceu também no plenário da reunião, impossibilitando quaisquer referências à

UNCLOS no que se refere aos RGM-ABNJ, evidenciando a fragilidade do Grupo e comprometendo sua capacidade negociadora.

DEBATES EM PLENÁRIO

Índia, Argentina, África do Sul, China, Cuba, Venezuela, Indonésia, Equador, Sri Lanka, Trindade e Tobago e México defenderam a aplicação do princípio de patrimônio comum da humanidade para os RGM-ABNJ. O G-77 expressou o entendimento de que os recursos da Área devem ser explorados em benefício da humanidade (ver par. 5 acima), defendendo o fortalecimento do papel do GT no que tange ao debate sobre o acesso aos RGMs-ABNJs. Já Estados Unidos, Canadá, Japão, Noruega e Rússia manifestaram o entendimento de que o princípio do patrimônio comum da humanidade aplica-se somente aos recursos minerais na Área.

O G-77/China, Argentina, Trindade e Tobago, bem como o Brasil, assinalaram a natureza diferente dos RGM da coluna da água e os RGMs dos fundos marinhos, fato que enseja abordagens jurídicas diferentes. Para Estados Unidos, Japão e Noruega, os recursos vivos em ABNJ pertenceriam à coluna d'água, recaindo sob os dispositivos de direito internacional referentes ao alto mar, inclusive no que se refere à pesquisa científica marinha.

Aqueles países, mais a Rússia e o Canadá, defenderam que as organizações regionais de ordenamento pesqueiro (OROPs) sejam os instrumentos para a gestão e conservação dos RGMs-ABNJ. Para o Japão, a mobilidade dos RGMs-ABNJ é aspecto essencial para a definição do regime jurídico. Os Estados Unidos ainda ressaltaram que novo regime ou acordo sobre repartição de benefícios constituiria sério empecilho à pesquisa científica. Para a Noruega, deveria ser avaliada a necessidade de um novo regime para RGM-ABNJ, cuja negociação deveria ocorrer com base em consenso amplo. A Argentina apontou para as limitações das OROPs para regular todos os RGMs-ABNJ.

União Europeia, Sri Lanka, China, Índia, Trindade e Tobago, África do Sul defenderam a negociação de acordo de implementação da UNCLOS para regular a conservação e o uso sustentável dos recursos da biodiversidade em ABNJ. A Índia esclareceu que não deseja negociar emenda à UNCLOS para tanto, estando pronta a considerar novos mecanismos para elaborar regime específico para RGM-ABNJ. Trindade e Tobago e México sugeriram valer-se da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) para auxiliar a repartição dos benefícios derivados do uso dos RGM-ABNJ.

O México expressou oposição por princípio a interpretações que legitimem o acesso desimpedido aos RGM-ABNJ. Para o Canadá, medidas práticas, tais como desenvolvimento de códigos de conduta para atividades de pesquisa, poderiam ser adotadas com vistas a alcançar equilíbrio entre proteção ambiental, liberdade científica e repartição de benefícios, tendo em vista que atividades relacionadas a RGM-ABNJs seriam limitadas, de alto custo e viabilidade comercial incerta.

Para a Venezuela, a matéria deve ser regulada pela Convenção de Diversidade Biológica (CDB); caso não seja possível, novo regime independente deveria ser

estabelecido especificamente para RGM-ABNJ, já que, em sua visão, não compete à UNCLOS regular estes recursos vivos. Em resposta, o Brasil apontou para a primazia da AGNU e da UNCLOS para tratar dos RGM-ABNJ, competência reconhecida repetidas vezes pelas partes na CDB.

RECOMENDAÇÃO ADOTADA

O GT aprovou recomendação para que os debates sobre o tema prossigam, sem atrelá-los à necessidade de conhecimento científico aprofundado sobre RGM-ABNJ. O resultado, possível no cenário de disparidades de posições, foi lamentado pelos representantes de organizações não-governamentais (WWF, Greenpeace e Deep Sea Conservation Coalition), que favoreciam recomendações mais ambiciosas para adoção de instrumentos sob a égide da AGNU para RGM-ABNJ, bem como para estudos de impacto ambiental e áreas marinhas protegidas.

A recomendação inicialmente proposta pelos co-presidentes para RGM-ABNJ (par. 17), ainda que equilibrada por refletir a linguagem empregada na resolução 64/71, par. 142, foi objetada pelos Estados não-partes na UNCLOS, articulados pela Venezuela. Turquia e Irã solicitaram eliminar as referências à UNCLOS, apoiados por Síria, Equador, Colômbia e Tailândia. África do Sul, Nova Zelândia, Canadá, Sri Lanka, Estados Unidos, Austrália, Gana, Trinidad e Tobago, Índia, UE e Brasil defenderam integridade do texto, com a acomodação da preocupação de Estados não-partes no relatório da reunião.

Em resposta ao impasse, a co-presidente neerlandesa propôs inserção de "in accordance with international law, in particular the UNCLOS". A proposta foi objetada pela União Européia, mas obteve apoio de Venezuela, Nova Zelândia, Estados Unidos e Argentina, que a descreveram como "pequena emenda técnica" consistente com a resolução 64/71. A Guatemala, apoiada pelo Brasil, questionou a interpretação da emenda como "técnica". O Brasil apontou que a linguagem não era consistente com o tratamento do tema nas resoluções 64/71, par. 142, e 63/111, par. 122, e recomendou explorar outras opções para acomodar a preocupação dos Estados não-partes na UNCLOS. Registre-se a reação da delegada venezuelana, que, à margem da reunião, buscou polemizar com o representante brasileiro. (Tom semelhante fora adotado com outras delegações, como Argentina e África do Sul).

A solução de compromisso para a recomendação (parágrafo 17 do documento aprovado), alcançada após consultas pelos co-presidentes, sugere seguimento ao assunto conforme descrito no parágrafo 142 da resolução 64/71, ao passo que qualifica o tratamento do tema pela UNCLOS como "in accordance with international law, in particular the UNCLOS".

BASE DE INFORMAÇÃO, CAPACIDADES E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

A respeito, a delegação enfatizou a importância da participação de PEDs em atividades de pesquisa. Apontou para as necessidades de capacitação e transferência de tecnologia como elementos cruciais na cooperação internacional. Assinalou também a importância de se utilizarem as capacidades da ISBA para fortalecer a base de

informação sobre RGM-ABNJ e apoiar os Estados, inclusive em pesquisa científica marinha, e defendeu o fortalecimento do Fundo de Capacitação ("Endowment Fund") da ISBA. Em reação a propostas de que o Processo Regular de Avaliação do Estado do Meio Ambiente Marinho desempenhasse papel central para a coleta de informação, a delegação enfatizou a necessidade de plena participação de PEDs naqueles trabalhos, de modo a superar as lacunas apontadas na primeira fase ("assessment of assessments").

O GT recomendou à AGNU adotar uma série de recomendações, dirigidas a Estados e organizações internacionais competentes, com vistas a: melhor utilizar o conhecimento científico para formular políticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade em ABNJ; conduzir pesquisa científica marinha de acordo com o direito internacional, em particular a UNCLOS; fortalecer mecanismos de apoio à participação de PEDs na pesquisa científica marinha, incluindo aqueles sob a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e atividades do Comitê Oceanográfico Intergovernamental (COI-UNESCO); reconhecer a necessidade de consolidar e harmonizar dados, inclusive identificando arranjos institucionais que necessitem ser implementados para facilitar tais atividades.

Bem assim, recomendou que se progrida na implementação dos dispositivos da UNCLOS sobre desenvolvimento e transferência de tecnologia marinha. Nesse contexto, recomendou que Estados e organizações internacionais competentes apliquem Critérios e Diretrizes para a Transferência de Tecnologia Marinha, adotada pela Assembléia da COI-UNESCO em 2003.

GESTÃO INTEGRADA DOS OCEANOS, AVALIAÇÕES DE IMPACTO AMBIENTAL (-"ENVIRONMENTAL IMPACT ASSESSMENTS"-EIAs), FERRAMENTAS DE GESTÃO BASEADA EM ÁREA, INCLUSIVE MPAs

As propostas sobre estabelecimento de áreas marinhas protegidas (MPAs) em ABNJ incluíam: estabelecimento de registro internacional de MPAs sob égide da AGNU (Austrália); abordagem regional intergovernamental (Canadá); a adoção de metodologia comum para identificar MPAs levando em conta critérios da FAO e da CDB (União Européia); medidas implementadas por Estados, consistentes com liberdade do alto mar e com UNCLOS (Estados Unidos); e participação de PEDs em quaisquer mecanismos ou arranjos estabelecidos para esse fim (México, China). O Fórum das Ilhas do Pacífico enfatizou a necessidade de consecução da meta de 2012 de estabelecimento de rede representativa de MPAs.

O Brasil defendeu que o estabelecimento de MPAs seja pautado por estudos científicos rigorosos e abrangentes, conduzidos de maneira transparente, inclusiva e com a participação de PEDs, e respeitando o uso sustentável dos recursos da biodiversidade marinha.

A União Européia e a Nova Zelândia propuseram que a resolução da AGNU incluía recomendação sobre a necessidade de, na exploração de recursos marinhos biodiversos em ABNJ, realizarem-se EIAs, iniciativa que seria análoga àquela estabelecida no âmbito das consultas da AGNU sobre pesca, no que tange a práticas de pesca de fundo, inclusive de arrasto (61/105), sujeito a revisão periódica. Outras delegações favoreceram abordagem descentralizada.

O GT formulou recomendações para promover abordagem integrada e ecossistêmica para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade em ABNJ. Recomendou também: que a AGNU reconheça a importância de estudos de impacto ambiental. Recomendou que se solicite ao SGNU incluir, no relatório anual sobre Oceanos e Direito do Mar, informação sobre EIAs efetuados em ABNJ, incluindo necessidades de fortalecimento institucional por parte dos Estados-membros para realizá-los; que se reconheça o trabalho de organizações internacionais competentes no uso de ferramentas de gestão baseadas em área ("area based management"); que organizações internacionais competentes desenvolvam metodologia comum para a identificação e seleção de MPAs, baseadas em critérios existentes, com vistas a alcançar a meta de estabelecer MPAs, incluindo redes representativas até 2012, definida no Plano de Implementação de Joanesburgo.

ASPECTOS RELEVANTES

Pela primeira vez foi produzido um documento, com algumas sugestões de encaminhamento do tema, que apesar, de na prática, não apresentar avanços significativos, foi resultado de um intenso processo de negociação e articulação, que envolveu todas as delegações.

Cabe ressaltar que o posicionamento dos principais atores demonstra que a atual situação, sem regras bem definidas, é confortável para aqueles países que já vem desenvolvendo atividades de pesquisa.

As principais recomendações, contidas no documento mencionado, referem-se aos seguintes tópicos:

- aprimoramento da base de informação sobre a biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional;
- apoio para fortalecer as capacidades de países em desenvolvimento e a transferência de tecnologia marinha;
- reconhecimento e promoção de estudos de impacto ambiental;
- desenvolvimento de metodologia comum para seleção de áreas marinhas protegidas;
- progressão da discussão sobre recursos genéticos marinhos em áreas além da jurisdição nacional; e
- proposta de nova reunião do GT em 2011.

Estas recomendações serão apresentadas na próxima reunião dos Estados Partes, prevista para junho.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA DELEGAÇÃO BRASILEIRA

A delegação brasileira, além de participar de todas as sessões plenárias relacionadas ao tema, realizou duas reuniões (noturnas) na sede da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas. A primeira com a Embaixadora Regina Maria Cordeiro Dunlop, e a segunda com a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti (Chefe da Missão), quando foram apresentados e discutidos os principais pontos do assunto. Nessa ocasião, também foi informado que o país está começando as atividades na área internacional do Atlântico Sul, por meio do Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA), que tem grande importância estratégica, e que é coordenado pelo Ministério de Relações Exteriores.

5.-ANÁLISES E RECOMENDAÇÕES

A dinâmica negociadora da reunião foi pautada pelo estabelecimento de "grupo de amigos" dos co-presidentes, integrado por Estados Unidos, Irlanda, Eslovênia, Croácia, Guatemala, Argentina, Senegal, África do Sul, Filipinas e Índia. Esse Grupo deveria orientar os co-presidentes a redigirem proposta de documento final. Contudo, à luz da falta de tempo para negociação do documento na plenária, a sua negociação se realizou no âmbito do grupo de amigos. Tal desvio de função foi apontado pelos próprios representantes de países do G-77 no grupo e ressaltada no discurso final do Iêmen, como presidente do G-77/China.

Ressalto a importância de que se avancem também no plano doméstico as discussões sobre RGM-ABNJ, em especial o regime jurídico aplicável a esses recursos, tendo em vista a possível continuidade do Grupo de Trabalho, que será objeto de deliberação no âmbito das consultas sobre Oceanos e Direito do Mar na 65ª Sessão da AGNU. A formação de massa crítica de países em desenvolvimento, em particular aqueles com capacidades para prospecção de recursos biológicos em ABNJ (África do Sul, Argentina, Índia e México) em torno da defesa da aplicação do princípio do patrimônio comum da humanidade e em favor da negociação de um acordo de implementação sob a égide da UNCLOS, deveria ser levada em consideração pelo Brasil. As discussões sobre o tema já iniciadas no âmbito do GT AD-HOC Área, da CIRM, poderiam ser retomadas.

A consideração da matéria pela AGNU também deverá ser impulsionada pelo encaminhamento adequado das negociações sobre o regime internacional para o acesso e a repartição dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos no âmbito da CDB. Ainda que versando sobre recursos no âmbito das jurisdições nacionais, é inegável a correlação entre aquele processo e as discussões do GT da AGNU; avanços nas discussões de temas como derivados e "disclosure" podem contribuir para formar ambiente político de tratamento adequado às preocupações dos PEDs na consideração dos RGM-ABNJ.

6-CONCLUSÕES

O assunto é de extrema relevância, uma vez que estão sendo definidas as regras para a utilização da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional, cuja exploração e aproveitamento envolvem tecnologia de ponta e recursos orçamentários vultosos.

Cabe destacar que, considerando-se os acirrados debates entre inúmeras delegações, pode-se identificar como um dos principais objetivos das atividades de pesquisa envolvendo a biodiversidade o desenvolvimento de patentes, em diversas áreas de conhecimento, tais como: farmacologia, indústria de alimentos, indústria química, que constituem um mercado de cifras bilionárias.

Embora seja pouco conhecido no Brasil, o tema biodiversidade marinha em áreas além das jurisdições nacionais é prioritário, pois estamos começando as nossas atividades na área internacional, por meio da execução do PROAREA. Este programa, apesar de ser destinado aos recursos minerais, aborda a biodiversidade presente nas áreas de exploração, uma vez que, como preconizado na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a proposta para exploração dos recursos minerais deve prever a proteção e preservação do meio marinho.

7.- AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) pelo convite para integrar a Delegação Brasileira e pela confiança depositada na minha pessoa, na qualidade de especialista no assunto tratado. Agradeço aos Dr. Agamenon Dantas, Presidente da CPRM e ao Dr. Manuel Barretto da Rocha Neto, Diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM pelo apoio á minha participação nesse evento e a Dra. Maria Glícia pelo seu trabalho incansável e persistente na preparação dos documentos de viagem e interesse pelo assunto.

ANEXO 1

Agenda da Reunião.



General Assembly

Distr.: Limited
13 January 2010

Original: English

Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction

New York, 1-5 February 2010

Provisional agenda

1. Opening of the meeting.
 2. Adoption of the agenda.
 3. Organization of work.
 4. Examination of the scientific, technical, economic, legal, environmental, socio-economic and other aspects of the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, including activities of the United Nations and other relevant international organizations.
 5. Indication, where appropriate, of possible options and approaches to promote international cooperation and coordination for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction.
 6. Identification of key issues and questions where more detailed background studies would facilitate consideration by States of these issues.
 7. Consideration of recommendations to the General Assembly.
 8. Other matters.
 9. Closure of the meeting.
-

ANEXO 2

Agenda do Anotada da Reunião.



General Assembly

Distr.: Limited
14 January 2010

Original: English

Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction

New York, 1-5 February 2010

Draft format and draft annotated provisional agenda and organization of work*

I. Draft format

1. The meeting of the Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction is convened pursuant to paragraph 127 of General Assembly resolution 63/111, and resolution 64/71. In paragraph 146 of resolution 64/71, the Assembly requested the Secretary-General to convene a meeting of the Working Group from 1 to 5 February 2010 to provide recommendations to the General Assembly. The Working Group was established by the Assembly in paragraph 73 of resolution 59/24.

Methods of work

2. The meeting will be presided over by two Co-Chairpersons, Ambassador Palitha T. B. Kohona, Permanent Representative of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka, and Liesbeth Lijnzaad, Legal Adviser, Ministry of Foreign Affairs of the Kingdom of the Netherlands, who were appointed by the President of the General Assembly in consultation with Member States and taking into account the need for representation from developed and developing countries.

3. The Co-Chairpersons elaborated a draft format for the discussions in the Working Group, in order to best facilitate its work.

4. A "Friends of the Co-Chairpersons Group" will be established to assist the Co-Chairpersons.

* The present document was submitted after the deadline in order to allow its preparation by the Co-Chairpersons, following their appointment by the President of the General Assembly on 22 December 2009.



5. The meeting of the Working Group will work through plenary sessions, which will be open to participation by all those listed in paragraph 79 of General Assembly resolution 60/30 and, by reference, in paragraph 127 of resolution 63/111. Further, in conformity with those paragraphs, the meeting may be conducted in closed sessions, as appropriate, in accordance with the relevant rules of procedure applicable to the meeting of the Working Group.

Agenda

6. The two Co-Chairpersons will propose a provisional agenda for the meeting of the Working Group. The meeting will consider and adopt its agenda accordingly. To aid delegations in preparing for the meeting of the Working Group, the two Co-Chairpersons have also proposed an annotated provisional agenda and organization of work in advance of the meeting. In addition, pursuant to paragraph 128 of General Assembly resolution 63/111, the Secretary-General has submitted a report to the Assembly at its sixty-fourth session to assist the Working Group in preparing its agenda. The report is available as document A/64/66/Add.2.

Outcome of the meeting of the Working Group

7. The Working Group has been mandated by the General Assembly, in paragraph 127 of resolution 63/111, and paragraph 146 of resolution 64/71, to provide recommendations to the Assembly. The Co-Chairpersons will propose draft recommendations for the consideration of the Working Group and delegations will have an opportunity to propose amendments to the draft recommendations prior to their adoption. The recommendations adopted by the Working Group will be made available to the General Assembly at its sixty-fifth session as part of a report of the meeting, which will be transmitted by the Co-Chairpersons to the President of the sixty-fifth session of the Assembly.

II. Draft annotated provisional agenda and organization of work

Monday, 1 February 2010

10 a.m.-1 p.m.

Item 1. Opening of the meeting

8. The meeting of the Working Group will be opened by the Secretary-General of the United Nations or his representative.
9. The Co-Chairpersons will make opening remarks.

Item 2. Adoption of the agenda

10. The Working Group will be invited to consider and, as appropriate, to adopt the agenda of the meeting, as contained in document A/AC.276/L.3.

Item 3. Organization of work

11. The Working Group will be invited to consider the organization of work for the meeting, as contained in the present document.
12. The schedule of agenda items is indicative: agenda items may be advanced, depending on the progress made in the discussions.

Item 4. Examination of the scientific, technical, economic, legal, environmental, socio-economic and other aspects of the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, including activities of the United Nations and other relevant international organizations

13. Under this item, delegations will be invited to address the issues referred to in paragraph 73 (a) and (b) of General Assembly resolution 59/24, namely: to survey the past and present activities of the United Nations and other relevant international organizations with regard to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction; and to examine the scientific, technical, economic, legal, environmental, socio-economic and other aspects of these issues.

14. In this context, delegations will be invited to address, inter alia, the issues referred to in paragraphs 142 and 148 of resolution 64/71. In paragraph 142, the General Assembly, inter alia, called upon States to further consider the relevant legal regime on marine genetic resources in areas beyond national jurisdiction in accordance with the United Nations Convention on the Law of the Sea in the context of the mandate of the Working Group, with a view to making further progress on this issue. In paragraph 148, the Assembly invited States to further consider, at the upcoming meeting of the Working Group, in the context of its mandate, issues of marine protected areas and environmental impact assessment processes.

15. Relevant information is contained in the report of the Secretary-General on oceans and the law of the sea (A/64/66/Add.2, paras. 11-182).

3-6 p.m.

Item 4. Examination of the scientific, technical, economic, legal, environmental, socio-economic and other aspects of the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, including activities of the United Nations and other relevant international organizations (continued)

Tuesday, 2 February 2010

10 a.m.-1 p.m.

Item 5. Indication, where appropriate, of possible options and approaches to promote international cooperation and coordination for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction

16. Under this item, delegations will be invited to address the issues referred to in paragraph 73 (d) of resolution 59/24, namely, to indicate, where appropriate, possible options and approaches to promote international cooperation and coordination for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction.

17. In this context, delegations will also be invited to address, inter alia, the issues referred to in paragraphs 142 and 148 of resolution 64/71.

18. Relevant information is contained in the report of the Secretary-General on oceans and the law of the sea (A/64/66/Add.2, paras. 183-235).

19. Accordingly, it is proposed that delegations indicate, where appropriate, possible options and approaches to promote international cooperation and coordination for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, in the following order:

(a) Strengthening the information base, in particular with the aim of filling knowledge gaps and addressing management, access to and dissemination of information (A/64/66/Add.2, paras. 192-203);

(b) Capacity-building and technology transfer (A/64/66/Add.2, paras. 204-211).

3-6 p.m.

Item 5. Indication, where appropriate, of possible options and approaches to promote international cooperation and coordination for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction (continued)

(c) Implementation, with a focus on implementation gaps in the international legal and policy framework (A/64/66/Add.2, paras. 212-217);

(d) Integrated ocean management and ecosystem approaches (A/64/66/Add.2, paras. 218-222) as well as cross-sectoral cooperation and coordination (A/64/66/Add.2, paras. 187-191).

Wednesday, 3 February 2010**10 a.m.-1 p.m.**

Item 5. Indication, where appropriate, of possible options and approaches to promote international cooperation and coordination for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction (continued)

(e) Environmental impact assessments (A/64/66/Add.2, paras. 223 and 224);

(f) Area-based management tools, in particular marine protected areas (A/64/66/Add.2, paras. 225-230).

3-6 p.m.

Item 5. Indication, where appropriate, of possible options and approaches to promote international cooperation and coordination for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction (continued)

(g) Marine genetic resources, with a particular focus on the relevant legal regime in accordance with the Convention (A/64/66/Add.2, paras. 231-235).

Thursday, 4 February 2010**10 a.m.-1 p.m.**

Item 6. Identification of key issues and questions where more detailed background studies would facilitate consideration by States of these issues

20. Under this item delegations will be invited to address the issues referred to in paragraph 73 (c), of resolution 59/24, namely, to identify key issues and questions where more detailed background studies would facilitate consideration by States of these issues.

21. Discussions under this item will take into account paragraphs 142 and 148 of resolution 64/71.

22. Relevant information is contained in the report of the Secretary-General on oceans and the law of the sea (A/64/66/Add.2, paras. 236-259).

3-6 p.m.

Item 7. Consideration of recommendations to the General Assembly

23. The Co-Chairpersons will propose draft recommendations for the consideration of the Working Group. Delegations will have an opportunity to comment on the draft and adopt recommendations to be transmitted to the General Assembly, as requested in paragraph 127 of resolution 63/111 and paragraph 146 of resolution 64/71.

Friday, 5 February 2010

10 a.m.-1 p.m.

Item 7. Consideration of recommendations to the General Assembly (continued)

3-6 p.m.

Item 7. Consideration of recommendations to the General Assembly (continued)

Item 8. Other matters

24. The Working Group will consider any other matters that delegations may wish to raise.

Item 9. Closure of the meeting.

ANEXO 3

Informação aos participantes

Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction

New York, 1-5 February 2010

Information for participants

1. In resolution 64/71 of 4 December 2009 on Oceans and the law of the sea, the General Assembly requested the Secretary-General to convene, in accordance with resolutions 59/24 and 60/30, a meeting of the Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction (the "Working Group") from 1 to 5 February 2010 to provide recommendations to the Assembly.

Co-Chairpersons

2. On 22 December 2009, His Excellency Mr. Ali Abdussalam Treki, President of the sixty-fourth session of the General Assembly, appointed Ambassador Palitha Kohona (Sri Lanka) and Ms. Liesbeth Lijnzaad (the Netherlands) as the Co-Chairpersons of the Working Group.

Documentation

3. The Co-Chairpersons will propose a provisional agenda for the meeting, as well as an annotated provisional agenda, including organization of work. These documents will be posted on the website of the Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs, as soon as available.

4. Pursuant to paragraph 128 of General Assembly resolution 63/111, the Secretary-General has submitted a report to the sixty-fourth session of the Assembly to assist the Working Group in preparing its agenda. The report is available as document A/64/66/Add.2 on the website of the Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs.

Participation

5. The Working Group is open to all States Members of the United Nations and all parties to the United Nations Convention on the Law of the Sea, with others invited as observers in accordance with past practice of the United Nations.

6. Non-governmental organizations invited to attend the meeting of the Working Group must have consultative status with either the Economic and Social Council or be accredited to the Commission on Sustainable Development. For information on how to obtain such status, please follow the link to the website of the NGO Branch of the Department for Economic and Social Affairs: <http://www.un.org/esa/coordination/ngo/>

United Nations Grounds Passes (Intergovernmental and Non-governmental organizations)

7. For issuance of grounds passes in order to have access to United Nations premises, the names and contact details of representatives of intergovernmental and non-governmental organizations invited to attend the meeting of the Working Group should be communicated through official letter of nomination to the Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs (e-mail: doalos@un.org; fax: 212-963-5847).

8. Representatives of intergovernmental organizations must complete United Nations form SG-6, which is available for download on the Protocol and Liaison Service website (<http://www.un.int/protocol/formspage.htm>). The completed form must be submitted to the Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea (e-mail: doalos@un.org; fax: 212-963-5847) for processing by **15 January 2010** at the latest. Representatives of intergovernmental organizations must pick-up their United Nations grounds passes directly from the United Nations Pass Office at 801 United Nations Plaza (45th Street and First Avenue) prior to attending the Working Group meeting. An official document identifying the representative should be presented at the time of pick-up.

9. The representatives of intergovernmental organizations having a Liaison Office in New York should obtain their United Nations grounds passes through their Liaison Office in New York.

10. The Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs, will communicate directly to the representatives of non-governmental organizations the date and time for pick-up of their passes.

Secretariat

11. The Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs, will carry out the secretariat functions for the meeting of the Working Group. Requests for further information can be sent to doalos@un.org with the subject: "Biodiversity Working Group".

ANEXO 4

Lista de delegações Participantes

**United Nations Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to Study Issues
relating to the Conservation and Sustainable use of Marine Biological Diversity
Beyond Areas of National Jurisdiction
New York, 1-5 February 2010**

Provisional List of Participants

**Please submit corrections and/or additions to the Provisional List of Participants to the Secretariat by Wednesday, 3 February at 1 :00pm at the latest in order to ensure that your delegation is included in the Final List of Participants.
A Registration form is also attached if your delegation is not included in the Provisional List of Participants.**

ANTIGUA AND BARBUDA

Representative

Mr. Tumasie Blair, Third Secretary, Permanent Mission

ARGENTINA

Representantes

Srta. Fernanda Millicay, Consejera, Misión Permanente
Sr. Gerardo Dfaz Bartolome, Primer Secretario, Misión Permanente
Srta. Frida Armas Pfirter, Asesora del Ministerio de Relaciones
Exteriores, Comercio Internacional y Culto .

AUSTRIA

Representatives

Mr. Konrad BUhler, Counsellor,
Permanent Mission Ms. Ulrike Kohler,
First Secretary, Permanent Mission

BANGLADESH

Representative

Mr. Mohammad Khorshed Alam Khastagir, First Secretary, Permanent Mission

BELGIUM

Representants

M. Thomas Lambert, Representant permanent adjoint aupres des
Nations Unies S.E. M. Herman Porto carrero, Ambassadeur,
Consul General
M. Jean-Cedric Janssens de Bisthoven, Premier Conseiller, Mission Permanente
Mme Sophie Mirgaut, Attache, Service Public Federal (Ministere) Affaires etrangeres -
Departement du Droit International public

Mme Saskia Van Gaever, Attache, Service Public Federal (Ministere) Sante publique,
Securite de la Chaîne alimentaire et Environnement

BRAZIL

Representatives

Mr. Paulo Jose Chiarelli Vicente de Azevedo, Permanent Mission

Mr. Kaiser Gonvalves de Souza, Geological Service (CPRM/ Ministry of Mines and Energy)

Captain Carlos Roberto Leite, Secretariat, Interministerial Commission of Marine Resources (SECIRM)

Commander Marcio Pereira Rippel, Deputy Military Adviser, Permanent Mission

Commander Carlos Radicchi, Estado-Maior da Armada

CHINA

Representatives

Mr. Gou Haibo, Director, Ministry of Foreign Affairs

Mr. Yang Yafeng, Official, State Oceanic

Administration Mr. Wang Xiumei, Official, State

Oceanic Administration Mr. Shao Zongze,

Researcher, State Oceanic Administration Mr.

Zhou Yong, Second Secretary, Permanent

Mission

Mr. Yang Fan, Attache, Ministry of Foreign Affairs

COLOMBIA

Representantes

S.E. Srta. Rosa Zuluaga, Embajadora, Representante Permanente Adjunta ante las

Naciones Unidas Sr. Juan Sebastian Correa, Asistente, Misi6n Permanente

COMOROS

Representatives

H.E. Mr. Mohamed Toihiri, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent Representative to the United Nations

Mr. Ousseïn Said Mohamed, Minister Counsellor, Deputy Permanent Representative to the United Nations

Mr. Ethan Spaner, Adviser

Ms. Mialy Andriamahefazafy, Adviser

CROATIA

Representative

Mr. Toma Galli, First Secretary, Permanent Mission

CUBA

Representantes

S.E. Sr. Pedro Nunez Mosquera, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario,

Representante Permanente ante las Naciones Unidas

S.E. Sr. Rodolfo Benitez Versón, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario,
Representante Permanente Adjunto ante las Naciones Unidas
Sr. Lester Delgado Sanchez, Segundo Secretario, Misión Permanente

CYPRUS

Representative

Ms. Eleni Apeyitou, Second Secretary, Permanent Mission

CZECH REPUBLIC

Representative

Mr. Peter Valek, Legal Adviser, Permanent
Mission

DENMARK

Representatives

Mr. Bjorn Kunoy, Legal Adviser
Mr. Asif Parbst Amin, Counsellor, Permanent
Mission

ECUADOR

Representantes

H.E. Sr. Diego Morejón, Embajador, Representante Permanente Alterno ante las
Naciones Unidas Sr. Walter Schuldt, Segundo Secretario, Misión Permanente

EGYPT

Representatives

H.E. Mr. Maged A. Abdelaziz, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent
Representative to the United Nations
Mr. Mohamed Fathi Edrees, Minister Plenipotentiary, Deputy Permanent Representative to
the United Nations
Ms. Namira Nabil Negm, Counsellor, Permanent Mission

ESTONIA

Representative

Ms. Minna-Liina Lind, Third Secretary,
Permanent Mission

FINLAND

Representative

Ms. Virpi Koivu, Senior Officer, Ministry of Foreign Affairs

GERMANY

Representatives

Mr. Klaus Wendelberger, Deputy Head of Division/Antarctic and Other Areas of International Law,

Federal Foreign Office (Chairman of the delegation)

Mr. Christoph Retzlaff, Legal Adviser, Permanent Mission

Ms. Gitte Warnick, Desk Officer/Marine Research, Federal Ministry of Education and Research

Mr. Axel Benemann, Desk Officer/International Nature Conservation, Federal Ministry for

Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety

Mr. Henning Von Nordheim, Head of Division/Marine and Coastal Nature Conservation,

Federal Agency for Natural Conservation, Island of Vilm

Mr. Tim Odendahl, Assistant Attache, Permanent Mission

GREECE

Representatives

Mr. Aristides Androulakis, Counsellor, Permanent Mission

Ms. Anastasia Strati, Expert Counsellor, Ministry for Foreign Affairs

GUATEMALA

Representantes

S.E. Sr. Gert Rosenthal, Embajador Extraordinario y Plenipotenciario, Representante Permanente ante

las Naciones Unidas (Jefe de la delegación)

Srta. Mónica Bolanos, Consejera, Misión Permanente

Srta. Ana Cristina Rodríguez-Pineda, Primera Secretaria, Misión Permanente

Srta. Jimena Leiva Roesch, Tercera Secretaria, Misión Permanente

ICELAND

Representatives

Mr. Jón Erlingur Jónasson, Minister Counsellor; Deputy Permanent Representative to the United Nations (Chairman of the delegation)

Ms. Stella Samueldóttir, Attache, Permanent Mission

INDONESIA

Representatives

Mr. Mohamad Hery Saripudin, Minister Counsellor, Permanent Mission (Chairman of the delegation) Mr. Adam Mulawarman Tugio, Senior Staff, Directorate of Treaties for Political, Security and

Territorial Affairs, Directorate General of Legal Affairs and International Treaties, Ministry of Foreign Affairs

Mr. Andreano Erwin, First Secretary (Political Affairs), Permanent Mission

Mrs. Adhyanti Wirajuda, Third Secretary, Permanent Mission

IRELAND

Representative

Mr. Declan Smyth, Deputy Legal Adviser, Department of Foreign Affairs

JAPAN

Representatives

Mr. Kazuchiko Hamuro, Counsellor, Permanent Mission

Ms. Asagi Nonaka, Official, Ocean Division, International Legal Affairs Bureau,
Ministry of Foreign
Affairs

Mr. Haruo Tominaga, Assistant Director, International Affairs Division,

Fisheries Agency Mr. Naobumi Yokota, Adviser, Permanent Mission

Mr. Joji Morishita, Counsellor, Resource Management Department, Fisheries Agency

LITHUANIA

Representatives

Mr. Ridas Petkus, Minister Counsellor, Deputy Permanent Representative to the
United Nations Mr. Aidas Sunelaitis, Third Secretary, Permanent Mission

MADAGASCAR

Representant

Mme Lydia Randrianarivony, Conseillere, Mission Permanente

MAURITIUS

Representatives

H.E. Mr. Somduth Soboron, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent
Representative to the United Nations

Mr. Yousouf Ramjanally, Second Secretary, Permanent Mission

Ms. Prema Appadu, Second Secretary, Permanent Mission

MONACO

Representants

S.E. Mme Isabelle F. Picco, Ministre Conseillere, Representant permanent
adjoint aupres des Nations Unies

Mme Valerie Bruell-Melchior, Conseiller

NAURU

Representatives

H.E. Ms. Marlene Moses, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent
Representative to the United Nations

Ms. Chia- Tien Lee, Adviser, Permanent Mission

NETHERLANDS

Representatives

Mrs. Winifred Broadbelt, Legal Counsel, Ministry of Transport and Water Management

Mr. Martijn Peijs, Policy Officer, Ministry of Agriculture

Ms. Ceta Noland, First Secretary, Legal Adviser, Permanent Mission
Ms. Suzanna Huber, Third Secretary, Permanent Mission

NEW ZEALAND

Representatives

H.E. Mr. Don MacKay, Ambassador, Special Adviser, Ministry of Foreign Affairs and Trade (Chairman of the delegation) .

Ms. Tui Dewes, Policy Officer, Environment Division, Ministry of Foreign Affairs
(Alternate Chairperson of the delegation)

Mr. Sean Cooper, Marine Conservation Manager, Department of Conservation Ms. Alice Revell, Legal Adviser, Permanent Mission

NORWAY

Representatives

Ms. Ragnhild J. Nakling, Adviser, Ministry of Foreign Affairs

Ms. Christine Finbank, Adviser, Ministry of Foreign Affairs Ms. Marit Solheim, Adviser, Ministry of the Environment

Mr. Kristian Andvord, Higher Executive Officer, Ministry of Fisheries and Coastal Affairs

Mr. Terje Lobach, Senior Adviser, Directorate of Fisheries

Petter Meier, Counselor for Fisheries, Embassy to the United States of America in Washington, D.C. Mr. Asmund Eriksen, Counsellor, Permanent Mission

PANAMA

Representantes

Srta. Anelle Urriola, Consejera, Misión Permanente

PAPUA NEW GUINEA

Representatives

H.E. Mr. Robert Guba Aisi, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent Representative to the United Nations (Chairman of the delegation)

Mr. Dino Mas, Second Secretary, Permanent Mission

PHILIPPINES

Representatives

H.E. Mr. Hilario G. Davide, Jr., Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent

Representative to the United Nations(Chairman of the delegation)

Mr. Carlos D. Sorreta, Deputy Permanent Representative to the United Nations

Ms. Emma Romano Same, Second Secretary, Permanent Mission

Mr. Gamaliel N. Fernando, Attache, Permanent Mission

Mr. Henry S. Bensurto, Secretary-General, Commission on Maritime and Ocean Affairs Secretariat, Department of Foreign Affairs

POLAND

Representative

Mr. Piotr Dolata, First Secretary, Permanent Mission

Mr. Konrad Marciniak, Expert, Treaty and Legal Department, Ministry of Foreign Affairs

PORTUGAL

Representatives

H.E. Mr. Jose Filipe Moraes Cabral, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent Representative to the United Nations (Chairman of the delegation)
Ms. Cristina Castanheta, Department of International Economic Affairs, Ministry of Foreign Affairs
Mr. Joao Miguel Madureira, Counsellor (Legal Affairs) Permanent Mission

REPUBLIC OF KOREA

Representatives

Mr. Lee An-ho, Director, Ministry of Land, Transport and Marine Affairs
Mr. Kim Gwang-tae, Research Associate, Ocean Research and Development Institute

SENEGAL

Representant

M. Ousmane Ndiaye, Conseiller technique au Ministere de l'Economie maritime, de la Peche et des Transports maritimes
M. Pape Namsa Keita, Directeur des Peche maritimes au Ministere de l'Economie maritime, de la Peche et des Transports maritimes
M. Saliou Niang Dieng, Deuxieme Conseiller, Mission Permanente

SEYCHELLES

Representative

H.E. Mr. Ronald Jumeau, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent Representative to the United Nations

SINGAPORE

Representatives

H.E. Mr. Vanu Gopala Menon, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent Representative to the United Nations (Chairman of the delegation)
Ms. Kok Li Peng, Counsellor, Deputy Permanent Representative to the United Nations
Ms. Wu Ye-Min, Second Secretary, Permanent Mission
Mr. Nigel Goh, Assistant Director, Coastal and Marine Environment Programme Office, National Biodiversity Centre
Mr. Lim Liang Jim, Head, Coastal and Marine Environment Programme Office, National Biodiversity Centre

SLOVAKIA

Representative

Ms. Eva Surkova, Legal Adviser, Permanent Mission

SOUTH AFRICA

Representative

Mr. Dire David Tladi, Counselor (Legal Affairs), Permanent Mission

SPAIN

Representante

Sr. Luis Lopez-Abelian, Investigador del Centro Oceanografico de Canarias, Ministerio de Ciencia e Innovacion

SRI LANKA

Representatives

Mrs. H. M. Muditha J. Halliyadde, First Secretary, Permanent Mission

Mr. Gritakumar Chitty, Legal Advisor, Permanent Mission

SUDAN

Representatives

H.E. Mr. Abdalmahmood Abdalhaleem Mohamad, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary,

Permanent Representative to the United Nations

Mr. Elnorany Yousif Dafalla, General Manager, Sudanese Marine Lines, Khartoum

Mr. Amanuel Yoanes Ajawin, Counsellor, Permanent Mission

Mr. Mohamed Hassan Mohamed, First Secretary, Permanent Mission

SWEDEN

Representatives

Mr. Erik Lindfors, Director, Ministry for Foreign Affairs (Chairman of the delegation)

Mr. Hilding Lundkvist, First Secretary, Permanent Mission

SWITZERLAND

Representatives

Mr. Emmanuel Bichet, First Secretary, Permanent Mission

Ms. Laura Schweizer, Adviser, Permanent Mission

TOGO

Representants

S.E. M. Kodjo Menan, Ambassadeur extraordinaire et plenipotentiaire, Representant Permanent aupres des Nations Unies

M. Kuami Amekoudji Guinhouya, Chef, Division a la Direction de l'Environnement, Point focal de la Convention d' Abidjan

M. Chamsondine Afoda, Specialiste en aménagement et gestion integre des fon~ts et territoires tropicaux a la Direction de la Faune et de la Chasse

M. Wake Yagninim, Premier Secretaire

TONGA

Representatives

H.E. Mr. Sonatane Taumoepeau- Tupou, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent Representative to the United Nations

Mr. Viliami Maiolo, Counsellor, Deputy Permanent Representative to the United Nations

Ms. Marcella Tupouhomohema, First Secretary, Permanent Mission

UKRAINE

Representative

Mr. Oleksiy Shapoval, Attache, Permanent Mission

UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

Representatives

Mr. Douglas Kerr, Head of Law of the Sea Section, Foreign and Commonwealth Office
Mr. Richard Parsons, Scientific Expert, Department for the Environment, Food and Rural Affairs
Mr. Douglas Wilson OBE, First Secretary (Legal), Permanent Mission

UNITED STATES OF AMERICA

Representatives

Ms. Elizabeth Kim, Foreign Affairs Officer, Office of Ocean and Polar Affairs, Bureau of Oceans and International Environmental Scientific Affairs, Department of State, Washington D.C. (Chairperson of the delegation)
Mr. Bronwyn Douglass, Attorney-Adviser, Cost Guard, Department of State Washington D.C.
Mr. Oliver Lewis, Attorney-Adviser, Office of the Legal Adviser, Department of State Washington D.C. Ms. Elizabeth McLanahan, International Affairs Specialist, National Oceanic and Atmospheric Administration, Department of Commerce, Washington, D.C.
Ms. Kenli Schaaf, Foreign Affairs Officer, Office of Ocean and Polar Affairs, Bureau of Oceans and International Environmental Scientific Affairs, Department of State, Washington, D.C.
Mr. Mark Simonoff, Attorney-Adviser, Permanent Mission
Commander Aundrea Taplin, Maritime Environmental Law Attorney, Office of the Judge Advocate General of the Navy, Navy, Department of Defense, Washington D.C.
Mr. Ole Varmer, Attorney-Adviser, National Oceanic and Atmospheric Administration, Department of Commerce, Washington D.C.

NOM MEMBER STATES

HOLY SEE

Representatives

H.E. Archbishop Celestino Migliore, Permanent Observer (Chairman of the delegation)
Reverend Philip J. Bene, Attache
Susan M. Whelan, J.D., Expert

**INTERNATIONAL ORGANIZATIONS HAVING RECEIVED A
STANDING INVITATION TO PARTICIPATE AS OBSERVERS IN THE
SESSIONS AND THE WORK OF THE GENERAL ASSEMBLY**

AFRICAN CARIBBEAN AND PACIFIC GROUP OF STATES

Representative

Mr. Emmanuel Opoku Awuku, Legal Counsel

ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES(ECOWAS)

Representative

Mr. Johnson Boanuh, Director, Environment
Department

INTERNATIONAL CRIMINAL POLICE ORGANIZATION (INTERPOL)

Representatives

Mr. Harper Boucher, Special Representative of INTERPOL to the United
Nations Mr. Jacques Courteau, Specialized Officer for INTERPOL at the
United Nations

INTERNATIONAL SEABED AUTHORITY

Representatives

H.E. Mr. Nii Allotey Odunton, Secretary-
General Mr. Michael Lodge, Legal Counsel
Mr. Adam Cook, Scientific Affairs Officer

INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE

Representatives

Mr. Narinder Kakar, Permanent Observer to the United Nations Mr. Harlan Cohen,
Representative
Mr. Thomas Laughlin, Representative
Mr. Albert Bossar, Adviser
Mr. Stephen Capanna, Adviser
Ms. Carole Durussel, Adviser
Mr. David Freestone, Adviser
Ms. Chiara Marta Lucchini Gilera, Adviser Ms. Kristina Gjerde,
Adviser
Ms. Johanna Von Der Weppen, Adviser Mr. Robin Warner,
Adviser
Mr. Patricio Bernal, Adviser

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME

Representative

Mr. Alphonse Kambu, Division of Environmental Law and
Conventions

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY

Representative

Ms. Jihyun Lee, Environmental Affairs Officer for Marine and Coastal
Biodiversity

UNITED NATIONS UNIVERSITY

Representative

Ms. Marjo Vierros, Visiting Professor, Institute of Advanced
Studies

DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA)

Representative

Ms. Kathleen Abdalla, Chief of the Emerging Issues Branch and CSD focal point on
Oceans Issues

SPECIALIZED AGENCIES AND RELATED ORGANIZATIONS

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO)

Representatives

Mr. Alvaro Toledo Chavarri, Programme Officer, Commission on Genetic Resources for
Good and Agriculture

Ms. Cassandra De Young, Fishery Policy Analyst, Fisheries and Aquaculture Policy and
Economics Division

Ms. Merete Tandstad, Fishery Resource Officer

INTERGOVERNMENTAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION (IOC/UNESCO)

Representative

Mr. Luciano Fonseca, Programme Specialist, Ocean Science Sector
WORLD BANK

Representative

Mr. Yuvan Beejadhur, Counsellor, Office of the Special Representative to the United
Nations

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO)

Representative

Mr. Rama Rao Sankurathripati, Officer-in-Charge, Coordination Office at the United
Nations

OTHER INTERGOVERNMENTAL ORGANIZATIONS AND BODIES

NORTH EAST ATLANTIC FISHERIES COMMISSION (NEAFC)

Representative

Mr. Kjartan Hoydal

GREENPEACE INTERNATIONAL

Representatives

Mr. Sebastian Losada

Mr. Duncan Currie

INTERNATIONAL COASTAL AND OCEAN ORGANIZATION (ICO)

Representatives

Ms. Biliانا Cicin-Sain, President

Ms. Miriam Balgos, Programme Coordinator

Mr. David Freestone, Board of Directors

Mr. Joseph Appiott, Researcher

Ms. Gwenaelle Hamon, Researcher

INTERNATIONAL COALITION OF FISHERIES ASSOCIATIONS

Representative

Mr. Stetson Tinkham, Executive Secretary

INTERNATIONAL COUNCIL OF ENVIRONMENTAL LAW

Representatives

Ms. Arianna Broggiato

Mr. Brett Cohen

Ms. Marcia Stanton

Ms. Hana Heinken

Ms. Wu Qi

Ms. Hannah Cochrane Mr. Sam Capasso

Mr. Josh MacDonald

Ms. Kavita Desai

HUMANE SOCIETY

Representative

Mr. Matt Rand

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WORLD WILDLIFE FUND)

Representative

Mr. Alistair Graham

NATURAL RESOURCES DEFENSE COUNCIL (NRDC)

Representatives

Ms. Elizabeth Speer, International Oceans Programme Director

Ms. Tida Infahsaeng, Oceans Program Assistant

Ms. Karen Sack

Mr. Jeff Ardron

Mr. Matthew Gianni, Advisor
Ms. Peggy Kalas
Ms. Roxanne Brown
Ms. Mirella Von Lindenfels
Ms. Taryn G. Kiekow, Staff Attorney, Marine Mammal Protection Project
Ms. Elizabeth Alter, Marine Mammal Fellow, Science Center
Ms. Susan Millward
Ms. Sigrid Luber
Ms. Yolanda Alaniz Pasini
Ms. Marsha Green
Ms. Angela Bednarek
Mr. Richard Lee Haedrich
Mr. Charles Clover
Mr. Dr. Oscar Bos

CO-CHAIRPERSONS

H.E. Mr. Palitha T.B. Kohona, Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary, Permanent Representative of the Democratic Socialist Republic of Sri Lanka to the United Nations
Ms. Liesbeth Lijnzaad, Legal Adviser, Ministry of Foreign Affairs of the Netherlands

ANEXO 5

Relatório final do GT Ad Hoc

**Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to
study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological
diversity beyond areas of national jurisdiction**

**Draft recommendations by the Co-Chairpersons, in consultation with the
Group of Friends of the Co-Chairpersons**

The Ad Hoc Open-ended Informal Working Group established by General Assembly in resolution 59/24 to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, recalled the central role of the General Assembly in addressing these issues, and highlighted in this context the important role of the Working Group. The Working Group also recalled that 2010 was the International Year of Biodiversity.

Based on its discussions the Working Group recommends to the General Assembly that:

1. States and competent international organizations use the best available scientific information in the development of sound policy relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction;
2. States and competent international organizations conduct further marine scientific research to increase the understanding of the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, in accordance with the United Nations Convention on the Law of the Sea;
3. States and competent international organizations develop and strengthen mechanisms that facilitate the participation of developing countries in marine scientific research, including through the Endowment Fund of the International Seabed Authority and activities of the Intergovernmental Oceanographic Commission of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (IOC of UNESCO), within their respective mandates, and joint projects and other relevant mechanisms;
4. It recognize the need to consolidate and harmonize data, as appropriate, including by improving functional links among existing databases, and to identify measures and institutional arrangements that may be required to establish such functional linkages;

Capacity-building and technology transfer (agenda item 5(b))

5. It is necessary to promote, facilitate and strengthen capacity-building and the transfer of technology, including south-south technical cooperation, for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction;

6. Competent organizations, in cooperation with States, develop capacity-building programmes and workshops for the sharing of skills relating to scientific and technical aspects of the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, as well as training opportunities;

7. - Relevant organizations collect and disseminate information on available capacitybuilding opportunities and on the needs expressed by developing countries, and that such organizations consider how cooperation and coordination can be enhanced in this area;

8. It recognize the need to make progress in the implementation of the provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea on the development and transfer of marine technology; and in that context, States and competent international organizations apply and implement the Criteria and Guidelines on the Transfer of Marine Technology adopted by the Assembly of the IOC of UNESCO in 2003;

9. States apply relevant approaches for the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction, effectively implement relevant global and regional instruments to which they are parties, and consider becoming party to relevant instruments to which they are not yet party; .

10. States and competent international organizations facilitate and enhance cooperation and coordination, including, as appropriate, through participation in regional seas conventions and regional fisheries management organizations/arrangements, exchange of information on best practices, and establishment of joint or coordinated programmes of work and activities;

Cooperation and coordination for integrated ocean management and ecosystem approaches (agenda item 5(d))

11. States and competent international organizations should work towards a more integrated and ecosystem-based approach to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction in order to strengthen cross-sectoral cooperation and effectively address sectoral and cumulative impacts;

12. It recognize the importance of environmental impact assessments, in particular for the implementation of ecosystem and precautionary approaches;

13. It request the Secretary-General to include, in the annual report on oceans and the law of the sea, information on environmental impact assessments undertaken with respect to planned

activities in areas beyond national jurisdiction, including capacity-building needs, on the basis of information requested from States and competent international organizations;

14. It recognize the importance of further developing scientific and technical guidance on the implementation of environmental impact assessments with respect to planned activities in areas beyond national jurisdiction, including consideration of the assessment of cumulative impacts;

15. It recognize the work of competent international organizations related to the use of area-based management tools and the importance of establishing marine protected areas consistent with international law and based on scientific information, including representative networks by 2012 as called for in the Johannesburg Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development;

16. It call upon States to work through competent international organizations towards the development of a common methodology for the identification and selection of marine areas that may benefit from protection based on existing criteria, with a view to facilitating achievement of the 2012 target on establishing marine protected areas in the Johannesburg Plan of Implementation;

17. It call upon States, in the context of the mandate of this Ad Hoc Open-ended Informal Working Group, to make progress in the discussion on the relevant legal regime and implementation gaps on conservation and sustainable use of on marine genetic resources in areas beyond national jurisdiction in accordance with the United Nations Convention on the Law of the Sea,], taking into account the views of State on Parts VII and XI of the Convention,;

Way forward

18. It decide to convene a meeting of the Ad Hoc Open-ended Informal Working Group in 2011 in order to provide recommendations to the General Assembly. '